

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
1º SEMESTRE/2004
DISCIPLINA: HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I
PROFESSORA: MÁRCIA MOTTA
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

“(...) a História Contemporânea só pode justificar sua pretensão a ser considerada uma séria disciplina intelectual e algo mais do que uma crítica desarticulada e superficial da cena contemporânea, se decidir esclarecer as mudanças básicas da estrutura que deram forma ao mundo moderno.” (Barracough, G. – Introdução à História Contemporânea, 4ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1976).

Com base nesta afirmação, discuta dois dos processos de revoluções industriais européias em sua relação com a atuação do Estado e formação do ideário liberal.

INTRODUÇÃO

Tentarei discutir, no presente trabalho, as revoluções industriais britânica e francesa. A britânica porque apresenta rupturas, sobretudo no campo, com formas de propriedade inadequadas para o pleno desenvolvimento de uma economia de mercado, ou seja, produtora de mercadorias a pleno vapor, processo cuja dimensão clássica será discutida adiante. O caso francês, pelo contrário, por apresentar acomodações com formas de propriedade pré-capitalistas, mas nem por isto menos vigoroso, ainda que num ritmo mais conservador.

Analisarei primeiro o processo britânico, o mais radical; em seguida o francês, para depois compará-los, discutindo a atuação do Estado liberal nos dois processos. Antes, farei algumas considerações sobre o liberalismo.

O ESTADO E O IDEÁRIO LIBERAL

Elimine-se o regime do capital, e o Estado permanecerá, embora deva se alterar enormemente; elimine-se o Estado, e o regime do capital não durará sequer um dia.

Robert L. Heilbroner¹

As primeiras formulações teóricas sobre o liberalismo econômico foram dadas por Adam Smith em seu famoso livro “*A Riqueza das Nações*” (1776). Nele, defende a mais ampla liberdade econômica, opondo-se radicalmente a qualquer direito de o Estado intervir na economia; uma condenação às práticas mercantilistas e sobrevivências feudais.

¹ Robert L. Heilbroner, *A Natureza e a Lógica do Capitalismo*, Ed. Ática, p. 77 (não foi possível identificar a cidade e o ano da edição. Xerox, pasta 339-O)

Nenhuma planificação, nenhuma regulamentação, nenhum controle do Estado, cuja função seria a de manter a ordem para o livre funcionamento das empresas privadas.

Thomas Mun preocupava-se com a riqueza da Inglaterra; Adam Smith, com a riqueza das nações. Com ele temos um alargamento do horizonte intelectual e, por conseguinte, uma elevação do grau de abstração dos conceitos. Isto, em parte, explicaria a diversidade de práticas estatais segundo o país em questão, cada um dos quais portando singularidades que desviariam a atuação do Estado de alguns dos princípios liberais acima descritos. Na verdade, entre a teoria econômica liberal aplicada ao Estado e a imprescindível atuação do Estado como agente econômico, jurídico-político e ideológico do desenvolvimento industrial burguês medeia um abismo gigantesco. E não poderia ser diferente, já que o liberalismo tem como pressuposto teórico a idéia de que o Estado está acima dos interesses de classe, equívoco que lamentavelmente não poderemos discutir neste trabalho, mas que se evidencia nas práticas adotadas por todos os Estados europeus atingidos pela Revolução Industrial, vale dizer, práticas comprometidas com a acumulação de capital, realizada às custas de uma brutal exploração do produtor direto.

Heilbroner nos esclarece a respeito o seguinte: *“O laissez-faire jamais pretendeu significar que não devesse existir “interferência” alguma do governo dentro da esfera econômica. Adam Smith, cuja descrição do poder de governo era extremamente pragmática, consagrava as medidas de defesa nacional, a instituição da justiça e a provisão de obras públicas necessárias – atribuições de autoridade suficientes para estabelecer uma presença governamental bastante considerável e de muita importância.”*²

Mergulhado em suas contradições teóricas, o Estado liberal, pragmático, vai atuar sim, e muito, abrindo caminhos para a industrialização; ora no campo econômico, ora no campo jurídico-político, no ideológico, enfim, atuando em todas as frentes de acordo com as necessidades específicas de suas burguesias, de acordo também com as potencialidades e limitações de suas respectivas formações sociais.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRITÂNICO

Não é por ter sido o primeiro que o modelo britânico deve ser considerado clássico. É clássico porque não teve que fazer concessões a nenhum tipo de relação de propriedade pré-capitalista para se desenvolver, ou melhor, não teve que se adequar a limitações impostas por sociedades muito resistentes a formas de produção voltadas exclusivamente para o mercado, sobretudo no campo, expressas no apego a economias camponesas de subsistência. Nele, o capitalismo avançou agressivamente sobre o campo, transformando a terra e a força do trabalhador direto em mercadorias, produzindo um excedente de mão-de-obra desprovido de tudo exceto a sua própria força de trabalho e, por conseguinte, abastecendo a cidade daquilo sem a qual a acumulação de capital não avançaria, a saber, mão-de-obra assalariada.³ Além de praticamente eliminar a agricultura camponesa, trans-

² Robert L. Heilbroner, op. cit., p. 89.

³ “O que distinguiu o desenvolvimento britânico, e em particular o inglês, do desenvolvimento da Europa Continental foi o fato de, na Grã-Bretanha, as relações agrárias feudais terem chegado à ruptura mais cedo, o que originou um processo mais rápido e profundo. A terra tornou-se uma forma de propriedade individual que era comprada e vendida ou alugada a quem pagasse mais, não em todas as zonas ou integralmente, mas numa extensão muito maior do que em qualquer outro país no século XVI. Por outro lado, à medida que os proprietários de terras foram ultrapassando as velhas restrições tradicionais e a terra foi sendo transformada num factor comercial, por ser usada para a produção para o mercado, foi-se consolidando uma classe que não tinha terra e que sobrevivia graças ao seu trabalho. (...) era muito elevado o número de pessoas sem terra que precisavam de trabalhar para receberem um salário, devido à expulsão de camponeses da terra onde trabalhavam ou então à pressão das forças do mercado que favoreciam os produtores mais eficientes e

formando o trabalhador rural em assalariado, o avanço do capitalismo no campo pôs fim ao isolamento rural, convertendo todas as regiões num único mercado nacional integrado. E mais ainda, trabalhando em troca de salários, os trabalhadores rurais tinham que procurar no mercado quase tudo o que consumiam, optando, evidentemente, pelos produtos mais baratos, produzidos nas fábricas, levando, pois, à ruína o artesanato rural, incapaz de competir com os preços industriais.

Portanto, o radicalismo do processo britânico de industrialização, compreendendo o avanço do capitalismo no campo como parte integrante e fundamental deste processo, ainda que não sincronizado, de fato produziu uma falsa percepção de que nele o Estado teria se mantido quase que totalmente ausente. Parece mesmo que coube completamente aos industriais a tarefa de industrialização. Os fatos são contundentes.

Não houve investimento estatal pesado numa indústria de base, como no caso Alemão, por exemplo⁴. A acumulação de capital necessário para os investimentos industriais se deu sem uma associação com os bancos, mais interessados em investimentos comerciais e pouco inclinados a investimentos até então considerados de risco, e também se deu, digamos, à revelia do Estado. “Cada empresário tinha, portanto, que procurar o seu próprio capital a partir de acumulações pessoais ou familiares, pedindo emprestado contra fiança pessoal ou hipoteca, ou participando numa sociedade com alguém com meios financeiros. (...) Como a sua riqueza aumentava e a empresa se tornava uma propriedade familiar segura, realizando lucros mais do que suficientes para tornarem possível a expansão a partir de recursos internos, reagiram com desconfiança ao aparecimento da sociedade anônima.”⁵ Finalmente, não precisaram de um protecionismo alfandegário ostensivo para se desenvolverem, primeiro porque não havia competidores perigosos no mercado mundial e, segundo, porque ainda que existissem tais ameaças, contavam com a ampliação constante do mercado mundial britânico via colonialismo.⁶

Embora contundentes, tais fatos escamoteiam a decisiva participação do Estado em esferas não econômicas, sem a qual a revolução industrial britânica, tal como se deu, seria impossível. Foi devido a esta participação, e somente graças a ela, que o processo foi revolucionário. Trato aqui, especificamente, das ações jurídico-política na implementação das transformações capitalistas sobretudo no campo, já discutidas, impensável sem os instrumentos de coação, repressão e constrangimentos disponíveis somente no aparelho de Estado,⁷ e político-militar na conquista, sustentação e ampliação das áreas coloniais,

com mais terra, em detrimento dos produtores mais fracos e com pouca terra. (...) já no século XVII a mudança era total e tinha influenciado toda a sociedade.” Tom Kemp, *A Revolução industrial na Europa do século XIX*, Lisboa, Edições 70, s/d, p. 28.

⁴ “O processo de mudança (...) deu-se sem assistência estatal e certamente sem a edificação prévia de uma indústria de maquinaria básica. (...) A indústria têxtil, aliás, não precisava grandemente de bens de capital, dado que as máquinas que utilizava eram simples e podiam ser construídas localmente, se necessário, por trabalhadores experientes.” *Idem*, p. 36. “(...) na Grã-Bretanha, mesmo ao nível do ferro e do aço, e de forma mais nítida nas minas de carvão, a indústria tendia a organizar-se em muitas firmas pertencentes a famílias, competitivas e autofinanciadas (...)” *Ibidem*, p. 42.

⁵ *Ibidem*, p. 37.

⁶ “A Grã-Bretanha tinha conseguido um largo império, formal e não só, que assegurava aos seus empresários campos de investimento privilegiado, fornecimentos de matérias-primas e mercados para os seus produtos industriais. Com estas vantagens não eram precisas outras formas de apoio do governo. A reação protecionista na Grã-Bretanha era suave; o desenvolvimento colonial atuava como um substituto.” *Ibidem*, p. 46.

⁷ “O ponto mais difícil de todos talvez seja definir quais foram as condições culturais e sociais necessárias ao sucesso da industrialização. Certamente eram indispensáveis a remodelação e o afastamento de muita da ordem tradicional. Tinham que ser criados uma nova estrutura institucional e um novo sistema legal, de forma a satisfazerem as necessidades de uma complexa sociedade industrial com a propriedade privada ajustada às necessidades do mercado. Quanto mais perto se encontravam as leis, as instituições, os hábitos

tema já brevemente abordado. Revolução Industrial e exploração colonial marcharam juntas, de mãos dadas firmemente.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO FRANCÊS

Uma das referências fundamentais para a análise de todos os processos de revolução industrial, a meu ver, é o grau de penetração das relações capitalistas no campo. Quanto maior esta penetração, dentre outras vantagens, maior o número de assalariados e, portanto, maior o mercado interno consumidor, base importante para o decolar de uma poderosa indústria. Tal foi o caso britânico. E menor, por outro lado, o desespero pela conquista de mercados coloniais, sobretudo nos estágios iniciais da industrialização. Isto explica, em parte, a vocação imperialista da revolução industrial alemã, dada a pobreza do seu mercado interno.

Impossível, especialmente no caso francês, não começar tratando de suas limitações quanto ao avanço de relações capitalistas no campo. “Numa perspectiva histórica, o campesinato cobrou um elevado preço à burguesia por a ter apoiado na Revolução [1789]. O campesinato tornou-se uma força favorável ao conservadorismo social, à qual todos os setores das classes proprietárias tinham que prestar atenção, especialmente porque as vozes do descontentamento social podiam ser ouvidas nas cidades. A transformação do sistema agrário, porque tinha sido lançada de baixo, impediu a reorganização da agricultura e manteve muitos dos traços da economia rural que tinham prevalecido no século XVIII. (...) O sistema revolucionário agrário desencorajou a saída da força de trabalho dos campos, pois permitiu a posse da terra a uma larga proporção do campesinato.”⁸ A família camponesa, ademais, mantinha-se fortemente auto-suficiente, agarrada a uma economia de subsistência. Não podemos condená-la por isto, a julgar pelo destino sombrio de seus iguais na Inglaterra: marginalização, imigração, prisão e, décadas depois, a fábrica.

É importante notar que há uma relação muito forte entre a ausência de uma economia nacional de mercado vigorosa, fruto do atraso do capitalismo no campo, operando como causa, e a intervenção do Estado na economia, como efeito, seja com investimentos diretos na indústria de base, seja organizando um mercado de capital, com a ajuda dos bancos, para suprir as deficiências da própria acumulação de capital.⁹ Em França, o Estado é obrigado a ocupar os espaços que, pela via clássica, pertenceriam à iniciativa privada.

Depois da revolução industrial inglesa, todos os demais processos de industrialização tiveram que contar com o apoio do Estado para se protegerem da concorrência britâ-

socialis e outros dos exigidos por uma sociedade industrial, maiores probabilidades tinha o processo de industrialização de surgir espontaneamente.” Ibidem, p. 22. “ O século XVIII foi uma época de revolução política que teve por efeito diminuir as pretensões da Corte, subordinar o governo ao poder dos homens e da propriedade e fornecer uma proteção jurídica completa às novas formas de propriedade, adequada ao desenvolvimento do capitalismo. É difícil entender como é que a industrialização poderia ter surgido como um processo orgânico e espontâneo sem uma tal preparação do meio circundante. De fato, uma série de pequenas mudanças favoráveis à propriedade capitalista e permitindo a realização da acumulação e do investimento em liberdade e segurança promoveram condições em Inglaterra que não encontraram paralelo noutros países europeus.” Ibidem, p. 29.

⁸ Ibidem, p. 77.

⁹ “No resto da Europa, e a exemplo da França, a criação de uma infra-estrutura – meios de transporte, obras públicas, portos, ancoradouros, edifícios – tinha de alguma forma que preceder a aplicação de capital na transformação da indústria. As vastas somas exigidas só podiam ser obtidas através de um mercado de capital organizado e com a ajuda dos bancos. Através destes meios, as acumulações existentes podiam ser canalizadas e um novo fluxo de crédito podia ser criado para vitalizar a economia e permitir o financiamento de projetos de construção em larga escala.” Ibidem, p. 84.

nica, via barreiras alfandegárias. Não foi diferente no caso francês. “A tarifa ocupava assim o seu lugar como parte integrante da estrutura institucional do capitalismo francês.”¹⁰ É claro que outros fatores foram decisivos, como por exemplo, a descoberta de um nicho de mercado para produtos mais refinados, cuja produção ficava a cargo do artesanato rural – não destruído, via trabalho a domicílio, processo bem adequado à realidade francesa, não discutido aqui.

Repetitivo, mas necessário, citar a participação do Estado francês na obtenção de novos mercados, via colonialismo.

CONCLUSÃO

Acredito ter demonstrado, ainda que resumidamente, a contradição entre o ideário liberal e a sua prática. Repousando numa concepção de Estado acima dos interesses de classe, e portanto teoricamente preocupado com o progresso de toda a sociedade civil, o Estado liberal, nas duas revoluções industriais estudadas, vai de forma surpreendente concentrar suas energias na preparação de um terreno fértil para a acumulação do capital industrial. Todas as lutas da classe operária inglesa por reduções da jornada de trabalho, por exemplo, foram travadas contra os industriais e contra o Estado, especificamente, contra o seu aparelho de repressão. Se no caso francês o avanço do capitalismo foi contido pela resistência camponesa, não foi por terem os camponeses contado com o apoio do Estado francês, ou por terem nele os seus interesses representados. Pelo contrário, não fosse o temor deste Estado pela capacidade de luta do campesinato demonstrada na Revolução de 1789, e seguramente também seriam esmagados. A meu ver, o texto de Tom Kemp não deixa dúvidas sobre isto.

Nos dois processos estudados, as intervenções do Estado liberal na economia e na política foram decisivas. Na Grã-Bretanha, a intervenção do Estado foi decisiva para a vitória do capitalismo no campo, e mesmo não sendo uma intervenção somente econômica, foi mais decisiva do que todas as intervenções econômicas do Estado liberal francês, cujo processo industrial se arrastou por um bom tempo justamente por não ter contado com uma vitória política sobre o campesinato. Na França, o Estado atuou na indústria pesada, na construção dos caminhos de ferro, na organização de um sistema bancário, de um mercado de capitais, de um sistema de crédito, erguendo barricadas alfandegárias, conquistando novos mercados pela diplomacia e pelas armas... Na Grã-Bretanha, além da derrota às formas de propriedade pré-capitalistas no campo e o colonialismo, coube à iniciativa privada os maiores esforços para o desenvolvimento acelerado da indústria. Mas, nos dois casos, o Estado liberal foi extremamente atuante e, porque não dizer, decisivo.

Nestas condições, o Estado liberal, tendo por base o que pregam os seus ideólogos, francamente, nunca existiu. Dito de outra forma, a julgar pelos dois processos aqui estudados, o Estado liberal é um mito.

Evandro de Oliveira Machado
Em 13 de junho de 2004.

¹⁰ Ibidem, p. 89.